

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais).

1 Contexto operacional

A Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos ou “Dimed” e suas controladas (conjuntamente a “Companhia”), sediada em Eldorado do Sul / RS, tem como atividades básicas o comércio de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos. Para suportar suas vendas, a Companhia conta com centros de distribuição nos Estados do Rio Grande do Sul e Espírito Santo, além de 418 lojas distribuídas entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

A controladora é uma sociedade anônima listada na **B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO** (“PNVL3”, “PNVL4”).

O Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda., empresa controlada, atua no segmento industrial, produzindo uma vasta gama de produtos nos segmentos de cosméticos, alimentos, medicamentos e terceirização de produção. A Empresa é responsável pela maior parte da produção da linha de produtos da marca própria da rede de farmácias da Companhia. A partir de 31 de agosto de 2018 as operações logísticas do Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda. começaram a ser realizadas por sua empresa controlada Lifar Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda.

A controlada Dimesul Gestão Imobiliária Ltda. tem por objetivo a compra, venda, intermediação, loteamento, arrendamento, aluguel, gestão e administração de imóveis próprios ou de terceiros, com vistas a centralizar e otimizar a administração dos imóveis da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 20 de março de 2019.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão relacionadas nos subitens descritos abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração das demonstrações financeiras

A preparação de demonstrações financeiras são com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiro avaliados por valor justo, conforme nota explicativa 5 e requerem o uso de determinadas estimativas contábeis que afetam os saldos das contas patrimoniais e de resultado, assim como o exercício de julgamento por parte dos membros da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Os reflexos mais significativos nas rubricas contábeis que envolvem o uso de estimativas ou que requerem julgamentos de maior complexidade estão divulgados na Nota 3.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. Essas demonstrações financeiras consolidadas são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis. As práticas contábeis adotadas pela Controlada foram aplicadas de maneira uniforme e consistente com aquelas adotadas pela

Companhia. Quando aplicável, todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

O Grupo adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IFRS e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018.

2.2 Reclassificação de verbas contratuais

Durante o exercício de 2018 a Dimed identificou verbas promocionais, abatimentos de verbas por volume e verbas de *marketing* e publicidade, como negociação de programas de vendas junto a seus fornecedores, que estavam reconhecidas em “Outras Receitas Operacionais”, mas que deveriam ter sido reconhecidas como abatimento do custo do “Estoque” e do “Custo das mercadorias vendidas” quando o estoque está sendo vendido. As reclassificações foram corrigidas pela reapresentação dos valores correspondentes, conforme a seguir.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017	Impactos da reclassificação		
	Controladora		
<i>Em milhares de Reais</i>	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita líquida de vendas e serviços	2.246.135	-	2.246.135
Custos das mercadorias vendidas e serviços prestados	(1.717.945)	128.676	(1.589.269)
Lucro bruto	528.190	128.676	656.866
Outros	(570.007)	-	(570.007)
Outras receitas operacionais, líquidas	135.354	(128.676)	6.678
Lucro operacional antes do resultado financeiro	93.537	-	93.537
Resultado financeiro líquido	(21.497)	-	(21.497)
Lucro antes dos impostos	72.040	-	72.040
Impostos correntes e diferidos	(12.242)	-	(12.242)
Lucro líquido	59.798	-	59.798
Total do resultado abrangente	59.798	-	59.798
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017	Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita líquida de vendas e serviços	2.258.246	-	2.258.246
Custos das mercadorias vendidas e serviços prestados	(1.721.736)	128.676	(1.593.060)
Lucro bruto	536.510	128.676	665.186
Outros	(578.654)	-	(578.654)
Outras receitas operacionais, líquidas	136.066	(128.676)	7.390
Lucro operacional antes do resultado financeiro	93.922	-	93.922
Resultado financeiro líquido	(19.977)	-	(19.977)
Lucro antes dos impostos	73.945	-	73.945
Impostos correntes e diferidos	(14.147)	-	(14.147)
Lucro líquido	59.798	-	59.798
Total do resultado abrangente	59.798	-	59.798

Não há nenhum impacto sobre balanço patrimonial, o lucro líquido por ação básico ou diluído, e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, sendo de responsabilidade deste as principais decisões estratégicas da Dimed.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 *Classificação*

A Dimed classifica seus ativos financeiros como: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48/IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

2.6.2 *Reconhecimento e mensuração*

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Dimed e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados na demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a Dimed tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no “resultado financeiro”.

A Dimed avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo ou grupo de ativos financeiros. A análise para evidenciar se há *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na Nota 2.6.4.

2.6.3 *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reconhecido no balanço patrimonial quando há um direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Dimed reportou no balanço patrimonial o valor líquido da compensação dos valores de aportes de fornecedores registrados originalmente no passivo, onde são registrados os recebimentos de verbas através de depósito, descontos ou bonificações com a conta corrente de verbas registrado no ativo, onde são registrados os títulos emitidos contra os fornecedores, o valor líquido foi registrado no ativo na linha “Outras contas a receber”.

2.6.4 *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Dimed. As contas a receber de clientes na sua totalidade possuem curto prazo de recebimento, não possuindo caráter de financiamento e são consistentes com as práticas de mercado, sendo classificados no ativo circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo menos a provisão para devedores de liquidação duvidosa (*impairment*), pela provisão de descontos financeiros.

2.8 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização, incluindo as provisões para cobrir eventuais perdas.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados para concretizar a venda.

2.9 Imobilizado

Os bens do imobilizado são avaliados pelo valor do custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos ou seus valores reavaliados a valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na Nota 12.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.10 Intangível

Os ativos intangíveis são representados pela locação de ponto comercial, marcas e patentes e direito de uso de *softwares*. Os valores registrados como ponto comercial são os desembolsos iniciais realizados pela Dimed para obter a cessão de uso de determinado estabelecimento onde ficará localizada a filial. São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada calculadas pelo método linear com base na vida útil econômica conforme descrito na Nota 13.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, exceto os estoques e impostos diferidos que possuem normas específicas para divulgação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

2.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Dimed tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Dimed tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvidas, sendo analisada a natureza de cada risco, com base no parecer dos advogados da Dimed, atualizados nas datas de balanços. Os valores provisionados por natureza dos riscos estão descritos na Nota 22.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a

probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa temporal do dinheiro e de riscos específicos na obrigação.

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação a todas as diferenças temporárias tributáveis, de forma que seja reconhecido sobre as diferenças que resultarão em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia e que geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

2.15 Benefícios a empregados

a. Participação nos lucros

A Companhia remunera seus colaboradores através do programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), onde são estabelecidas metas específicas do negócio, tendo como variáveis metas de vendas, rentabilidade dos produtos, despesas operacionais e lucro antes do Imposto de Renda. Esta remuneração é reconhecida como um passivo e uma despesa (como vendas ou administrativa) de participação nos resultados quando as metas pré-estabelecidas forem atingidas.

b. Outros benefícios a empregados

Além da remuneração fixa concedida aos empregados e administradores (salários, contribuições previdenciárias, FGTS, 13º salário e férias), são disponibilizados plano de saúde privado, auxílio farmácia e auxílio creche, sendo registrados no resultado do exercício com base em regime de competência, à medida que ocorreram.

2.16 Arrendamento mercantil

Financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Dimed os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Tais contratos são caracterizados como arrendamento mercantil financeiro, sendo os ativos adquiridos através destes registrados no imobilizado pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Estes ativos são depreciados pelas taxas mencionadas na Nota 12. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Operacional

Os contratos de locação de unidades comerciais da Dimed são classificados como arrendamentos mercantis operacionais, cujos custos são reconhecidos ao resultado do exercício como despesa operacional, conforme descrito na Nota 21.

2.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Dimed é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Dimed ao final do exercício, com base na legislação societária e Estatuto Social da Dimed, sendo que estes preveem que no mínimo 25% do lucro líquido do exercício social sejam distribuídos como dividendos. Os valores excedentes a este limite são destacados na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio excedente” no Patrimônio líquido, conforme demonstrado na Nota 24.

2.18 Mudanças nas práticas contábeis

IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros - O objetivo da IFRS 9 é o de estabelecer princípios para os relatórios financeiros de ativos e passivos financeiros, devendo apresentar informações que sejam pertinentes e úteis aos usuários das demonstrações financeiras. As principais mudanças introduzidas pela IFRS 9 estão relacionadas a classificação dos ativos financeiros e abordagem de *impairment* por perda de crédito esperada vem em substituição ao conceito de perda ocorrida. Os efeitos da alteração de classificação e mensuração do IFRS 9 estão refletidos nas Notas 5 e 7.

IFRS 15/CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes - O objetivo da IFRS 15 é o de estabelecer critérios de quando e, por quanto a receita deverá ser reconhecida a partir das identificações das obrigações de desempenho, da transferência do controle do produto ou serviço ao cliente e da determinação do preço de venda.

A nova norma fornece uma estrutura que substitui as orientações existentes sobre reconhecimento de receita. O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. Se determinados critérios forem cumpridos, a receita é reconhecida ao longo do tempo, de forma a refletir o desempenho da entidade ou em um momento específico no tempo, quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente.

Está baseada em cinco etapas:

- I – Identificar o contrato;
- II – Identificar as obrigações de desempenho;
- III – Determinar o preço da transação;
- IV – Alocar o preço da transação;
- V – Reconhecer a receita.

Após análise dos possíveis impactos que a IFRS 15 traria, a Companhia entende que esses não são relevantes, tendo em vista que a maior parte de sua receita é proveniente do negócio voltado para o varejo, onde a venda é realizada diretamente para o consumidor final, não havendo, portanto, complexidade na definição das obrigações de desempenho e transferência de controle dos produtos e serviços aos consumidores.

a. Venda de mercadorias

As receitas de vendas de mercadorias realizadas diretamente aos seus clientes ou através de seus centros de distribuição.

b. Prestação de serviços

A Dimed presta serviços de venda de recarga de créditos para celular, aplicação de injeção e aferição de pressão aos seus clientes.

c. Operador logístico

A Dimed também presta serviços de operador logístico, gerenciando e executando todas as atividades logísticas, para atendimento do abastecimento de redes varejistas, quando estas adquirem mercadorias diretamente da indústria farmacêutica.

2.19 Novas normas que ainda não estão em vigor

IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.

Trata-se da interpretação sobre as incertezas sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL), além de esclarecer como os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 12 são aplicados quando há tais incertezas. A Companhia está avaliando os impactos dessas alterações.

IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui algumas isenções de reconhecimento para arrendatários:

- Arrendamentos de ativos de “baixo valor”;
- Arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos);
- Arrendamentos compostos por valores variáveis;
- Arrendamentos em que a Companhia não possui o controle sobre o ativo; e
- Arrendamentos com prazo indeterminado.

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17. Identificamos que determinados contratos de locação de lojas e de veículos devem ser reconhecidos no escopo da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2019.

Após estudos preliminares e com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia estima que reconhecerá os valores de R\$ 239.135 no Ativo (Direito de Uso) e um passivo de arrendamento no mesmo montante na data de transição em 1º de janeiro de 2019.

A taxa de desconto adotada pela Companhia ficou em 6,99% para os contratos de aluguel de lojas e de 6,48% para os contratos de aluguel de veículos.

Será utilizada a abordagem retrospectiva simplificada e no momento da transição, os passivos de arrendamento serão mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental de financiamento. Inicialmente, o direito de uso dos ativos serão mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, diversas estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, avaliação das vidas úteis do ativo imobilizado, programa de fidelidade, provisões necessárias para passivos contingentes e determinações de provisões para imposto de renda. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. As estimativas consideradas pela Administração como mais críticas, podendo trazer efeitos significativos nos saldos contábeis, estão descritas a seguir:

a. Provisão para perdas no estoque

A provisão para perdas no estoque é estimada baseada nos estoques das lojas e centros de distribuição cujos prazos de vencimentos estejam próximos ao término da validade, sendo considerado suficiente pela Administração frente ao risco da perda destes estoques, os valores estão representados na nota 8.

b. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As estimativas para a realização de provisão para créditos de liquidação duvidosa são baseadas em controles por faixas de vencimentos, onde são considerados como risco de inadimplência através da análise individualizada por clientes. Os valores podem ser verificados na Nota 7.

c. Provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas

As estimativas para a constituição das provisões de contingências são analisadas pela Administração com base na opinião dos advogados da Companhia, onde são considerados fatores como a hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. A realização destas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados contabilmente dependendo do desfecho de cada processo judicial ou administrativo.

d. Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

As informações referentes a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na nota explicativa nº 4.1 a. Análise de sensibilidade.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Controladoria da Companhia. A Controladoria, através do Departamento de Tesouraria, identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece os princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros,

risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a. Risco de mercado

Risco de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo e do excedente de caixa investido em papéis pós-fixados, como CDBs. Os empréstimos tomados e investimentos às taxas variáveis expõem a Dimed ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e investimentos emitidos às taxas fixas expõem a Dimed ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante os anos de 2018 e 2017, os empréstimos e investimentos da Dimed às taxas variáveis e fixas eram mantidos em Reais.

A Dimed analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos alternativos, bem como novas possibilidades de investimento do excedente de caixa. Com base nesses cenários, a Dimed define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos e os ativos que representam as principais posições com juros.

Análise de sensibilidade

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade das taxas de juros nos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, que descreve os riscos que podem gerar variações materiais, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando período de 12 meses, seguido de dois outros cenários, sendo o cenário II uma possível variação de 25% nas taxas de juros e o cenário III uma variação de 50% nas taxas de juros, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08.

Índices	Operação	Cenário Provável (Cenário I)	Cenário II (variação 25%)	Cenário III (variação 50%)
CDI - %		6,5	8,13	9,75
TJLP - %		6,6	8,25	9,90
	Aplicações financeiras - renda fixa	1.623	2.030	2.435
	Financiamentos	8.851	11.063	13.276

b. Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes pessoas jurídicas e pessoas físicas, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades classificadas com *rating* mínimo "A" ou que possuam operações de reciprocidade com a Companhia. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente pela Administração. As vendas para clientes das filiais de varejo são liquidadas em dinheiro, cheque, convênios ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

c. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada corporativamente através do Departamento de Tesouraria, com base em informações fornecidas pelas unidades operacionais e pelo Departamento de Compras. A Tesouraria monitora as previsões de exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não

ultrapasse os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais, por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para a administração do capital circulante, é administrado pelo departamento de tesouraria, que investe o excesso de caixa em aplicações financeiras de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha fundos de curto prazo de R\$ 24.975 (R\$ 47.150 em 31 de dezembro de 2017) que geraram entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são fluxos de caixa não descontados contratados.

Controladora				
	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores	288.165	288.165	-	-
Financiamento BNDES Finame	115	95	10	10
Arrendamento Mercantil	6.749	1.499	5.250	-
Debênture - Banco Bradesco	138.099	60.794	16.392	60.913
Banco do Brasil Financiamentos	21.364	21.364	-	-
Swap	(327)	(327)	-	-
Total	454.165	371.590	21.652	60.923

Controladora				
	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores	266.572	266.572	-	-
Financiamento BNDES Finame	505	381	60	64
Arrendamento Mercantil	139	60	79	-
Itaú Financiamentos	16.684	16.684	-	-
Debênture - Banco Bradesco	185.984	31.373	32.785	121.826
Total	469.884	315.070	32.924	121.890

Consolidado				
	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores	279.772	279.772	-	-
Financiamento BNDES Finame	152	132	10	10
Arrendamento Mercantil	6.749	1.499	5.250	-
Debênture - Banco Bradesco	138.099	60.794	16.392	60.913
Banco do Brasil Financiamentos	21.364	21.364	-	-
Swap	(327)	(327)	-	-
Total	445.809	363.234	21.652	60.923

Consolidado				
	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores	262.539	262.539	-	-
Financiamento BNDES Finame	666	501	80	85
Arrendamento Mercantil	139	60	79	-
Itaú Financiamentos	16.684	16.684	-	-
Debênture - Banco Bradesco	185.984	31.373	32.785	121.826
Total	466.012	311.157	32.944	121.911

d. Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo.

A política de gestão de risco cambial definida pela Administração da Companhia é a de proteger o valor contratado de empréstimo em moeda estrangeira (Lei 4.131 Bacen) através de *swap* cambial.

Nas operações de *swap*, não designadas para *hedge accounting*, os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado financeiro.

Abaixo, demonstramos a exposição líquida e a análise de sensibilidade relacionada aos pedidos de importações de mercadorias, *swaps* e empréstimos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2018:

		Controladora e Consolidado					
				Valorização da moeda		Desvalorização da Moeda	
		Nocional Euro	Provável	Possível +25%	Remoto 50%	Possível 25%	Remoto 50%
		(Pagar) Receber	Euro 1 = 4,439	Euro 1 = R\$ 3,3293	Euro 1 = R\$ 2,2195	Euro 1 = R\$ 5,5488	Euro 1 = R\$ 6,6585
Derivativos não designados para <i>hedge accounting</i>							
Objeto	Empréstimo (Bacen 4.131)	(19.977)	(4.500)	(14.971)	(9.981)	(24.953)	(29.943)
Instrumento	<i>Swap</i>	20.304	4.497	15.228	10.152	25.380	30.456
Exposição Líquida <i>Swap</i>		327	(3)	257	171	427	513

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas:

	Taxa de fechamento
<i>Real</i>	2018
BRL x 1 EURO	4,439

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios as outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

A Companhia tem como estratégia de negócio manter seu endividamento financeiro líquido comparado à soma da dívida líquida financeira e patrimônio líquido em patamares baixos. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Total dos empréstimos (Nota 17)	134.063	158.078	134.100	158.232
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(38.474)	(50.020)	(37.806)	(41.248)
Dívida líquida - A	95.589	108.058	96.294	116.984
Total do patrimônio líquido	463.912	426.747	463.912	426.747
Total do capital - B	559.501	534.805	560.206	543.731
Índice - % - A/B	17,07	20,20	17,19	21,52

5 Instrumentos financeiros por categoria

Em 31 de dezembro de 2018, a classificação dos ativos financeiros caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e outras contas a receber era “Empréstimos e Recebíveis”. Com a adoção do CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9), os ativos financeiros passaram a ser classificados conforme tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	01 de janeiro de 2018		01 de janeiro de 2018	
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Caixa e equivalentes de caixa	-	50.020	-	58.792
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	230.218	-	233.200	-
	230.218	50.020	233.200	58.792

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2018	
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Caixa e equivalentes de caixa	-	38.474	-	39.141
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	238.168	-	240.429	-
Swap	-	327	-	327
	238.168	38.801	240.429	39.468

Segue classificação dos passivos financeiros:

	Controladora		Consolidado	
	Custo amortizado*		Custo amortizado*	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores	288.165	266.572	279.772	262.539
Empréstimos e financiamentos	134.063	158.078	134.100	158.232
Obrigações por arrendamento mercantil	6.749	139	6.749	139
	428.977	424.789	420.621	420.910

* Até 31 de dezembro de 2017 os passivos financeiros eram classificados como “outros passivos financeiros”.

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes e outras contas a receber, de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis.

O valor justo estimado para os empréstimos e financiamentos da Controladora e do Consolidado, em 31 de dezembro de 2018, era, respectivamente de, R\$ 124.612 e R\$ 126.646, calculado a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos e pode ser comparado com o valor contábil de R\$ 134.063 e R\$ 134.100.

Ativos Financeiros	Classificação Original CPC 38/IAS 39	Nova Classificação CPC 48/IFRS 9	Valor Contábil em 31/12/2017	Valor Contábil em 01/01/2018
Contas a Receber de Empréstimos e Financiamentos		Custo Amortizado	191.724	189.748
		Conforme apresentado em 31/12/2017	Ajustes da adoção CPC 48/ IFRS 9	Saldo de abertura ajustado em 01/01/2018
Em milhares de reais				
Contas a receber, líquido de perdas esperadas		191.724	(1.976)	189.748
Imposto de renda e contribuição social diferido		77	72	149
Reserva de Lucros		-	1.904	1.904

Hierarquia de valor justo

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1: preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Companhia possui apenas instrumentos financeiros avaliados a valor justo considerando uma técnica de avaliação de Nível 2. Não houve transferências entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício de 2018.

6 Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado	
	Taxa média (a.a.%)	2018	2017	2018	2017
Recursos em caixa (filiais do varejo)	-	3.826	4.183	3.827	4.184
Depósitos bancários de curto prazo	-	10.118	7.138	10.339	7.458
Aplicações financeiras - renda fixa (*)	5,20	24.530	38.698	24.975	47.150
		38.474	50.020	39.141	58.792

(*) As informações sobre a liquidez dos fundos CDB estão detalhados na Nota 4.

7 Contas a receber de clientes

A composição de contas a receber de clientes por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contas a receber de clientes	80.656	78.683	82.820	81.218
Contas a receber de cartões de crédito	121.790	117.713	121.790	117.713
Menos provisão para encargos financeiros	(1.162)	(1.067)	(1.162)	(1.067)
Menos provisão para PCLD de contas a receber de clientes	(4.581)	(3.606)	(4.588)	(3.624)
Contas a receber de clientes, líquidas	196.703	191.724	198.860	194.240

A composição de contas a receber de clientes por vencimento:

	2018	2017
A Vencer		
Até 30 dias	101.711	114.103
31 a 60 dias	48.280	43.939
61 a 90 dias	18.211	13.923
91 a 120 dias	11.816	8.881
121 a 150 dias	6.100	4.295
151 a 180 dias	3.438	1.934
Mais de 180 dias	5.319	1.498
	194.875	188.573
Vencidos		
Até 30 dias	2.617	2.190
31 a 90 dias	1.550	947
Acima de 90 dias	3.404	4.687
	7.571	7.824
Provisão para encargos financeiros	(1.162)	(1.067)
Provisão para crédito de devedores duvidosos	(4.581)	(3.606)
Total Controladora	196.703	191.724
Contas a receber clientes (Lifar) – A vencer	575	1.937
Contas a receber clientes (Lifar) - Vencidos	1.589	597
Provisão para crédito de devedores duvidosos	(7)	(18)
Total Consolidado	198.860	194.240

As movimentações da provisão para *impairment* de contas a receber estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo do início do exercício	(3.606)	(1.961)	(3.624)	(1.977)
Complemento de provisão IFRS 9	(1.976)	-	(1.976)	-
Complemento de provisão	(1.328)	(2.223)	(1.344)	(2.242)
Valores baixados da provisão	2.329	578	2.356	595
	(4.581)	(3.606)	(4.588)	(3.624)

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber foram registradas no resultado do exercício como "Ganhos em Crédito Líquidos". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados

quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Mercadorias para revenda	412.301	389.631	416.656	391.353
Produtos prontos	-	-	2.850	2.649
Matérias primas	-	-	1.516	1.712
Materiais de consumo/almoхарifado	3.550	3.243	3.752	3.326
(-)Provisão para perdas nos estoques	(300)	(357)	(318)	(363)
	415.551	392.517	424.456	398.676

Provisão para perdas nos estoques

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	(357)	-	(363)	(17)
Complemento de provisão	(479)	(927)	(493)	(1.044)
Valores baixados da provisão	536	569	538	697
Saldo final do exercício	(300)	(357)	(318)	(363)

9 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de renda - pessoa jurídica - IRPJ	10.822	7.103	11.067	7.307
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	4.123	3.747	4.141	3.835
	14.945	10.850	15.208	11.142

10 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços - ICMS	1.810	491	1.914	584
Programa de Integração Social - PIS	956	417	956	417
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4.463	1.981	4.463	1.981
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	191	191	191	191
Incentivos fiscais a recuperar	-	-	41	41
	7.420	3.080	7.565	3.214
Não Circulante				
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços - ICMS	2.214	1.475	2.214	1.475
	2.214	1.475	2.214	1.475

11 Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas estão demonstrados a seguir:

31 de dezembro de 2018									
	Capital Social	Quotas possuídas (unidade)	% participação	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido do Exercício	Saldo inicial em 1º de janeiro	Resultado da Equivalência	Dividendos recebidos	Total do investimento
Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda.	500	499.999	99,99%	20.888	1.748	20.037	2.600	-	22.636
Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.	8.978	19.999	99,99%	19.242	5.237	19.241	5.238	-	24.479
						39.278	7.838	-	47.115
31 de dezembro de 2017									
	Capital Social	Quotas possuídas (unidade)	% participação	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido do Exercício	Saldo inicial em 1º de janeiro	Resultado da Equivalência	Dividendos recebidos	Total do Investimento
Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda.	500	499.999	99,99%	20.888	1.914	18.071	1.966	-	20.037
Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.	8.978	19.999	99,99%	19.242	4.063	22.981	4.063	(7.803)	19.241
						41.052	6.029	(7.803)	39.278

12 Imobilizado

a. Síntese da movimentação do ativo imobilizado da controladora

CONTROLADORA	Imóveis	Maquinas e Equipamentos	Moveis e Utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Veiculos	Benfeitorias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017								
Custo	67.541	27.764	29.756	74.955	37.870	823	52.439	291.148
Depreciação acumulada	(3.803)	(6.017)	(12.979)	(26.839)	(24.210)	(787)	(17.506)	(92.141)
Saldo Contábil liquido	63.738	21.747	16.777	48.116	13.660	36	34.933	199.007
Em 31 de dezembro de 2018								
Saldo Inicial	63.738	21.747	16.777	48.116	13.660	36	34.933	199.007
Aquisições	8.933	1.906	3.323	9.623	5.326	14.532	14.964	58.607
Baixas	(98)	(87)	(380)	(1.289)	(159)	(7.185)	(954)	(10.152)
Depreciação	(1.098)	(1.791)	(2.516)	(7.228)	(5.306)	(476)	(3.743)	(22.158)
Saldo Contábil liquido	71.475	21.775	17.204	49.222	13.521	6.907	45.200	225.304
Saldo em 31 de dezembro de 2018								
Custo	76.388	29.375	31.831	81.508	41.362	8.055	65.540	334.059
Depreciação acumulada	(4.913)	(7.600)	(14.627)	(32.286)	(27.841)	(1.148)	(20.340)	(108.755)
Saldo Contábil liquido	71.475	21.775	17.204	49.222	13.521	6.907	45.200	225.304

A Companhia não identificou a existência de indicadores de que os ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável.

A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de depreciação do imobilizado:

Taxa média depreciação (% a.a.)

	2018	2017
Imóveis	1,7	1,7
Máquinas e equipamentos	6	6
Móveis e utensílios	9	9
Instalações	10	10
Computadores e periféricos	25	25
Veículos	20	20
Benfeitorias	7	7

b. Síntese da movimentação do ativo imobilizado do consolidado

CONSOLIDADO	Imóveis	Maquinas e Equipamentos	Moveis e Utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Veiculos	Benfeitorias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017								
Custo	74.376	32.354	30.251	78.481	38.239	901	55.705	310.307
Depreciação acumulada	(7.499)	(8.272)	(13.331)	(28.026)	(24.532)	(858)	(19.422)	(101.940)
Saldo Contábil líquido	66.877	24.082	16.920	50.455	13.707	43	36.283	208.367
Em 31 de dezembro de 2018								
Saldo Inicial	66.877	24.082	16.920	50.455	13.707	43	36.283	208.367
Aquisições	9.113	2.431	3.355	9.748	5.361	14.532	15.163	59.703
Baixas	(652)	(87)	(380)	(1.289)	(159)	(7.185)	(954)	(10.706)
Depreciação	(1.126)	(2.063)	(2.545)	(7.564)	(5.330)	(479)	(3.839)	(22.946)
Saldo Contábil líquido	74.212	24.363	17.350	51.350	13.579	6.911	46.653	234.418
Saldo em 31 de dezembro de 2018								
Custo	82.738	34.490	32.358	85.161	41.765	8.132	69.005	353.649
Depreciação acumulada	(8.526)	(10.127)	(15.008)	(33.811)	(28.186)	(1.221)	(22.352)	(119.231)
Saldo Contábil líquido	74.212	24.363	17.350	51.350	13.579	6.911	46.653	234.418

A Companhia não identificou a existência de indicadores de que os ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável.

A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de depreciação do imobilizado:

Taxa média depreciação (% a.a.)

	2018	2017
Imóveis	1,7	1,7
Máquinas e equipamentos	6	6
Móveis e utensílios	9	9
Instalações	10	10
Computadores e periféricos	25	25
Veículos	20	20
Benfeitorias	7	7

13 Intangível

a. Síntese da movimentação do ativo intangível da controladora

CONTROLADORA	Locação de Ponto Comercial	Software	Marcas e Formulas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017				
Custo	18.727	28.429	361	47.517
Amortização acumulada	(15.465)	(11.464)	(13)	(26.942)
Saldo Contabil liquido	3.262	16.965	348	20.575
Em 31 de dezembro de 2018				
Saldo Inicial	3.262	16.965	348	20.575
Aquisições	1.273	8.284	-	9.557
Baixas	(13)	(125)	-	(138)
Amortização	(1.046)	(4.093)	-	(5.139)
Saldo Contábil liquido	3.476	21.031	348	24.855
Saldo em 31 de dezembro de 2018				
Custo	19.180	36.606	361	56.147
Amortização acumulada	(15.704)	(15.575)	(13)	(31.292)
Saldo Contábil liquido	3.476	21.031	348	24.855

A Companhia não identificou a existência de indicadores de que os ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de amortização do intangível:

	Taxa média amortização (% a.a.)	
	2018	2017
Locação de ponto comercial	25	25
Software	18	18
Marcas e fórmulas	10	10

b. Síntese da movimentação do ativo intangível do consolidado

CONSOLIDADO	Locação de Ponto Comercial	Software	Marcas e Formulas	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2017				
Custo	18.727	28.637	513	47.877
Amortização acumulada	(15.465)	(11.548)	(165)	(27.178)
Saldo Contabil liquido	3.262	17.089	348	20.699
Em 31 de Dezembro de 2018				
Saldo Inicial	3.262	17.089	348	20.699
Aquisições	1.273	8.325	-	9.598
Baixas	(13)	(125)	-	(138)
Amortização	(1.046)	(4.134)	-	(5.180)
Saldo Contabil liquido	3.476	21.155	348	24.979
Saldo em 31 de Dezembro de 2018				
Custo	19.180	36.856	513	56.549
Amortização acumulada	(15.704)	(15.701)	(165)	(31.570)
Saldo Contabil liquido	3.476	21.155	348	24.979

A Companhia não identificou a existência de indicadores de que os ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável.
A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de amortização do intangível:

	Taxa média amortização (% a.a.)	
	2018	2017
Locação de ponto comercial	25	25
Software	18	18
Marcas e fórmulas	10	10

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Adições temporárias				
Provisão para perdas em estoque	300	357	318	363
Provisão para indenizações trabalhistas	4.316	5.492	4.694	5.828
Provisão para riscos cíveis	199	120	199	120
Provisão tributária	20	202	20	203
Provisão para créditos liquidação duvidosa	214	-	214	-
Provisão taxa cartão crédito	1.162	1.067	1.162	1.067
Receita diferida programa Fidelidade	3.832	4.046	3.832	4.046
Provisão para ajuste de valor de mercado em investimentos	176	176	176	176
Provisão dissídio	-	540	-	540
Provisão Honorários	38	1.228	38	1.228
Total base de cálculo	10.257	13.228	10.653	13.571
Imposto de renda à alíquota 25%	2.565	3.307	2.663	3.393
Contribuição social à alíquota 9%	923	1.191	959	1.221
Total impostos diferidos ativos	3.488	4.498	3.622	4.614
Exclusões temporárias				
Reversão de provisão para créditos liquidação duvidosa	521	227	515	222
Ajustes decorrentes de arrendamento mercantil	2.413	2.048	2.413	2.048
Total base de cálculo	2.934	2.275	2.928	2.270
Imposto de renda à alíquota 25%	734	569	732	568
Contribuição social à alíquota 9%	264	205	264	204
Total impostos diferidos passivos	998	774	996	772
Total impostos diferidos líquidos	2.490	3.724	2.626	3.842

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros da Companhia e considerando a realização histórica dos ativos que originaram o saldo do imposto de renda e contribuição social, estima-se o seguinte cronograma de realização:

2018		
Ativo		
	Controladora	Consolidado
2018	1.920	1.994
2019	392	407
2020	392	407
2021	392	407
2022	392	407
	3.488	3.622

15 Conciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	90.724	72.040	92.621	73.945
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(30.846)	(24.493)	(31.491)	(25.142)
Participação dos administradores - não dedutíveis	(1.181)	(1.645)	(1.181)	(1.645)
Outras despesas não dedutíveis	(1.123)	(297)	(1.135)	(302)
Resultado de equivalência patrimonial	2.665	2.050	-	-
Juros sobre Capital Próprio - benefício	6.800	5.948	6.800	5.948
Incentivos fiscais - Cultura - Benefício	413	250	413	250
Incentivos fiscais – Programa Alimentação do Trabalhador (PAT)	262	234	282	234
Incentivos fiscais - subvenção p/investimentos – Créd. Presumido	5.119	5.687	5.119	5.687
Reversão do efeito da tributação lucro real na controlada cuja tributação é feita com base no lucro presumido	-	-	2.205	1.724
Tributação pelo regime de lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas para base de cálculo	-	-	(824)	(1.009)
Incentivos Fiscais Inovação Tecnológica - Benefício	2.125	-	2.125	60
Efeito parcela isenta do adicional 10% IR - benefício	24	24	48	48
	(15.742)	(12.242)	(17.639)	(14.147)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício				
Imposto de renda e contribuição social corrente	(14.508)	(12.332)	(16.423)	(14.282)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(1.234)	90	(1.216)	135
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(15.742)	(12.242)	(17.639)	(14.147)

16 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores nacionais	278.943	261.808	279.772	262.539
Fornecedores partes relacionadas	9.222	4.764	-	-
Total	288.165	266.572	279.772	262.539

17 Empréstimos e financiamentos

	Intervalo de Taxas (% a.a.)	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
BNDES Finame	3,00% da TJLP + 3,40%	110	480	147	634
Itaú Financiamentos	CDI + 1,91%	-	15.832	-	15.832
Debênture - Banco Bradesco	108% CDI	113.680	141.766	113.680	141.766
Banco do Brasil Financiamentos	111,4% CDI	20.273	-	20.273	-
		134.063	158.078	134.100	158.232
Circulante		78.045	45.968	78.082	46.085
Não circulante		56.018	112.110	56.018	112.147

Controladora						
	Ações em tesouraria	Partes relacionad as	Arrendame nto financeiro	Empréstimo s, financiamen tos e debêntures	Juros sobre capital próprio a pagar	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(133)	22.270	856	87.703	5.432	116.128
Alterações de caixa	(483)	(11.513)	(1.417)	58.154	(17.317)	27.424
Recebimento (pagamento) de atividades de financiamento	(483)	(11.513)	(1.417)	58.154	(17.317)	27.424
Alterações que não afetam caixa	-	-	700	12.221	14.219	27.140
Despesas de juros	-	-	700	12.221	-	12.921
Distribuição JSCP e dividendos	-	-	-	-	14.219	14.219
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(616)	10.757	139	158.078	2.334	170.692
Alterações de caixa	(8.792)	10.963	5.617	(33.507)	(17.894)	(43.613)
Recebimento (pagamento) de atividades de financiamento	(8.792)	10.963	5.617	(23.407)	(17.894)	(33.513)
Juros pagos sobre empréstimos e arrendamento	-	-	-	(10.100)	-	(10.100)
Alterações que não afetam caixa	-	-	993	9.492	21.519	32.004
Despesas de juros	-	-	993	9.492	-	10.485
Distribuição JSCP e dividendos	-	-	-	-	21.519	21.519
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(9.408)	21.720	6.749	134.063	5.959	159.083

Consolidado						
	Ações em tesouraria	Partes relacionad as	Arrendame nto financeiro	Empréstimo s, financiamen tos e debêntures	Juros sobre capital próprio a pagar	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(133)	-	856	87.973	5.432	94.128
Alterações de caixa	(483)	-	(1.417)	58.028	(17.317)	38.811
Recebimento (pagamento) de atividades de financiamento	(483)	-	(1.417)	58.028	(17.317)	38.811
Alterações que não afetam caixa	-	-	700	12.231	14.219	27.150
Despesas de juros	-	-	700	12.231	-	12.931
Distribuição JSCP e dividendos	-	-	-	-	14.219	14.219
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(616)	-	139	158.232	2.334	160.089
Alterações de caixa	(8.792)	-	5.617	(33.624)	(17.894)	(54.693)
Recebimento (pagamento) de atividades de financiamento	(8.792)	-	5.617	(23.139)	(17.894)	(44.208)
Juros pagos sobre empréstimos e arrendamento	-	-	-	(10.485)	-	(10.485)
Alterações que não afetam caixa	-	-	993	9.492	21.519	32.004
Despesas de juros	-	-	993	9.492	-	10.485
Distribuição JSCP e dividendos	-	-	-	-	21.519	21.519
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(9.408)	-	6.749	134.100	5.959	137.400

Os contratos de empréstimo em vigor possuem cláusulas de vencimento antecipado, cujas mais relevantes encontram-se descritas a seguir:

- Inadimplemento das dívidas e/ou outros contratos com as instituições financeiras fornecedoras de crédito;
- Execução de medida judicial ou extrajudicial que possa afetar a capacidade de pagamento da Dimed;
- Transferência da dívida para terceiros, sem a anuência da instituição financeira fornecedora de crédito;
- Alterações no objeto social da Dimed ou alteração do controle societário sem que a instituição financeira manifeste, formalmente, sua anuência e manutenção dos convênios.

As garantias apresentadas para os financiamentos com o BNDES resume-se a:

BNDES Finame: notas promissórias assinadas pela Dimed nos valores dos recursos tomados e alienação fiduciária dos bens financiados em favor do banco;

Os saldos de empréstimos e financiamentos apresentados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estão apresentados pelo custo amortizado. A abertura por data de liquidação dos respectivos empréstimos e financiamentos encontra-se na nota explicativa 4.1 (c) Risco de liquidez. Tais transações ocorreram através de moeda corrente nacional.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia está em Compliance com todas as cláusulas restritivas em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

18 Impostos, taxas e contribuições a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Obrigações Sociais				
INSS a recolher	6.421	6.151	6.535	6.267
FGTS a recolher	2.072	1.915	2.108	1.942
Outras obrigações	24	87	24	87
Total	8.517	8.152	8.667	8.296

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Obrigações Fiscais				
IRPJ	-	-	277	234
CSLL	-	-	132	112
PIS	187	144	241	180
COFINS	865	667	1.116	834
IRRF	3.213	2.713	3.244	2.741
ICMS	12.498	12.591	14.781	14.215
Outras obrigações	292	222	594	392
Total	17.055	16.337	20.385	18.707

19 Participações a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Gratificações diretoria	3.420	3.444	3.419	3.444
Participação lucro funcionários	6.193	3.601	6.399	3.711
Total	9.613	7.045	9.818	7.155

20 Obrigações por arrendamento mercantil

A Companhia possui obrigações originadas de contrato de arrendamento mercantil de equipamentos (central telefônica e *Storage*) e de uma aeronave, sendo que o bem deverá ser adquirido no final do contrato pelo valor residual. Em análise realizada pela Companhia este contrato foi classificado como arrendamento mercantil financeiro, sendo registrado como ativo imobilizado pelo custo histórico. As obrigações de arrendamento são garantidas por meio de alienação fiduciária do bem arrendado.

Os passivos de arrendamento financeiros são devidos como segue:

	Controladora e Consolidado		
	Menos de um ano	De um a dois anos	Total
Em 31 de dezembro de 2018			
Arrendamento mercantil	1.499	5.250	6.749
Em 31 de dezembro de 2017			
Arrendamento mercantil	60	79	139

21 Compromissos com arrendamentos

A Companhia possui contratos de aluguel por período variável de tempo, com prazos vigentes. Os gastos com aluguel variam de acordo com a assinatura dos novos contratos. O gasto total mensal médio com os contratos foi de R\$ 7.820 (R\$ 7.128 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017). Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os pagamentos mínimos futuros dos aluguéis de lojas (arrendamentos mercantis) estão demonstrados a seguir:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Primeiros 12 meses	93.837	74.846
Entre 13 e 60 meses	327.355	292.930
Após 60 meses	6.924	6.091
	428.116	373.867

22 Provisões

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, em processos administrativos e judiciais. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

Os processos que, na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, são considerados como perdas possíveis ou prováveis em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estão apresentados a seguir. Os processos considerados como perdas prováveis estão provisionados, abaixo segue quadro das ações que estão provisionadas:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Cíveis	199	120	199	120
Trabalhistas	4.316	5.492	4.694	5.828
Tributárias	20	203	20	203
Não circulante	4.535	5.815	4.913	6.151
Depósitos judiciais	7.955	9.495	8.519	10.039

As movimentações das provisões para as ações cíveis, trabalhistas e tributárias estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Cíveis				
Saldo no início do exercício	120	1.606	120	1.606
Novas provisões	408	192	408	192
Baixa por pagamento	(3)	(41)	(3)	(41)
Reversão	(326)	(1.637)	(326)	(1.637)
Saldo final	199	120	199	120

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Trabalhistas				
Saldo no início do exercício	5.492	4.585	5.828	4.625
Novas provisões	3.247	3.026	3.353	3.322
Baixa por pagamento	(585)	(694)	(585)	(694)
Reversão	(3.838)	(1.425)	(3.902)	(1.425)
Saldo final	4.316	5.492	4.694	5.828

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Tributárias				
Saldo no início do exercício	203	403	203	477
Novas provisões	820	27	820	27
Reversão	(1.003)	(227)	(1.003)	(301)
Saldo final	20	203	20	203

a. Cíveis

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2018, 49 ações judiciais de natureza cível consideradas possíveis, cujo valor estimado é de R\$ 29.064 (R\$ 6.245 em 2017).

b. Trabalhistas

Nas provisões trabalhistas podemos destacar que as ações mais recorrentes nestes processos são por questionamentos de horas extras e diferenças salariais. A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2018, 90 ações de natureza trabalhista com risco possível, cujo valor estimado é de R\$ 1.467 (R\$ 3.224 em 2017).

c. Tributárias

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2018, 19 ação de natureza tributária considerada possível, cujo valor estimado é de R\$ 36.339 (R\$ 1.126 em 2017).

22.1 ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS

Informamos que está em tramitação, no TRF4ª Região, a ação judicial nº 50101784720194047100, em nome de DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, cujo objetivo é o reconhecimento do direito de exclusão do ICMS destacado nas suas notas fiscais de venda, bem como do ICMS-ST incidente nas aquisições das mercadorias que revende, das bases de cálculo do PIS e da COFINS. Em 24/10/2018 foi proferido acórdão acolhendo o pleito relativo ao ICMS destacado nas notas fiscais, mas negando a extensão desse mesmo direito ao ICMS-ST restituído aos fornecedores de mercadorias revendidas pela empresa. Atualmente, aguarda-se o julgamento de embargos de declaração opostos pela empresa e o posterior processamento dos recursos especial e extraordinário interpostos pela União Federal.

Com base em levantamento preliminar a partir das informações disponíveis em 31 de dezembro de 2018, a Companhia estima o valor potencial dos créditos em R\$ 37.931, no entanto, a considerar os trâmites processuais e administrativos a serem percorridos, não há como assegurar, neste momento, quando, ou se, os montantes estimados serão efetivamente realizados.

Em relação aos valores relativos às competências posteriores à data da decisão do STF (15 de março de 2017), período no qual a probabilidade de perda das ações é avaliada por seus assessores jurídicos como remota, a Companhia entrou com pedido de medida liminar para compensação.

23 Receitas diferidas - Subvenção/Investimentos

A Companhia recebeu em dezembro de 2011, a doação de área pública na zona urbana do município de Eldorado do Sul/RS, com metragem de 50.000 metros quadrados, destinado à construção das instalações de um novo Centro de Distribuição. Com base nas orientações do CPC 07, esta subvenção recebida foi classificada como ativo não monetário, tendo como base de registro contábil seu valor justo, tendo como reconhecimento inicial o valor de R\$ 5.026 no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2011. Com base nesse critério, o reconhecimento dessa subvenção se deu em contrapartida em conta de passivo, de forma temporária, considerando que os benefícios econômicos ficam postergados para o momento de sua utilização e ainda vinculados ao cumprimento das obrigações expressas na Lei Municipal nº 3.067 de 13 de dezembro de 2011. Os principais compromissos assumidos com o município são: o retorno do ICMS, a ser verificado a partir do início das atividades, a contratação de 270 postos de trabalhos diretos e 25 postos indiretos e a transferência de licenciamento da sua frota de veículos. Ao fim do período de 5 (cinco) anos, caso seja verificado que não houve retorno por parte da Companhia, deverá ser recolhido o montante do valor total dos incentivos concedidos aos cofres públicos do município atualizados pelo índice IPCA (IBGE).

No 2º trimestre de 2014, foi complementada a doação de área pública neste município, com a metragem de 10.000 metros quadrados, registrado neste período pelo seu valor justo correspondente a R\$ 1.000 no ativo imobilizado da companhia. O reconhecimento do complemento da subvenção segue os mesmos critérios contábeis adotados no reconhecimento inicial da subvenção original. Em 31 de dezembro de 2018 foi reconhecido o valor de R\$ 1.226 (R\$ 1.200 no ano de 2017).

Foi aprovada no ano de 2017 a Lei Complementar nº 160/17 com o objetivo de promover importantes mudanças quanto aos benefícios fiscais concedidos unilateralmente pelas unidades federativas. A referida lei tem como objetivo resolver o problema das autuações impostas pelos Estados e definir e que forma permanecerão os incentivos fiscais de ICMS no futuro. Foram estabelecidas novas regras para enquadramento desses benefícios fiscais como “subvenções para investimento” – afastando a sua tributação pelo PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. A Lei revela oportunidades e ganhos às empresas que já utilizaram, utilizam ou desejam utilizar incentivos fiscais de ICMS no futuro. Em 31 de dezembro de 2018 foi reconhecido no resultado R\$ 13.829 (15.268 em 31 de dezembro de 2017).

24 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Dimed, em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 385.000 totalmente integralizado (R\$ 360.000 em 31 de dezembro de 2017) representado por 4.092.790 ações ordinárias e 449.523 ações preferenciais, todas da mesma classe e sem valor nominal.

As ações preferenciais terão as seguintes características e vantagens: a) terão direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o dividendo atribuído a cada ação Ordinária; b) terão direito de participar em igualdade de condições com as ações Ordinárias em distribuição, pela Companhia, de ações ou quaisquer outros títulos às vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas do Capital Social; c) terão prioridade no reembolso do capital social na eventualidade de liquidação da sociedade; d) as ações Preferenciais, qualquer que seja sua forma, não terão direito de voto nas reuniões da Assembleia Geral adquirindo contudo, esse direito, se não lhes for atribuído durante 03 (três) exercícios consecutivos, o dividendo previsto no artigo 24, letra “b” do Estatuto Social da Dimed S.A.; e) as ações Preferenciais serão irredimíveis e inconvertíveis em ações Ordinárias. Cada ação Ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Foi aprovado aumento de capital, através de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2018, no montante de R\$ 25.000, mediante a incorporação da parcela da conta reserva para aumento de capital no valor de R\$ 21.972 e parcela da conta reserva legal no valor de R\$ 3.028.

O valor pago pela Dimed na aquisição de ações em tesouraria, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Dimed até que as ações sejam canceladas.

b. Reserva de lucros

(i) Reserva para futuro aumento de capital

É constituída com o objetivo de incrementar os investimentos em capital de giro da Dimed nos projetos de expansão, prevista no Estatuto Social da Dimed em seu artigo 24, cláusula “c”. O aproveitamento do saldo desta reserva foi aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 26 de abril de 2018.

(ii) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(iii) Dividendos e juros sobre o capital próprio adicionais aos propostos

É constituído em relação ao excedente de dividendos mínimo de 25% obrigatório conforme previsão legal e aprovado pelos acionistas.

(iv) Ações em tesouraria

Corresponde ao entesouramento de 26.300 ações ordinárias nominativas (4.000 ações ordinárias nominativas em 2017), adquiridas ao custo médio de R\$ 316,28 (em unidade de reais) por ação (R\$ 425,16 em 2017). O valor das ações em tesouraria, calculado com base na data de encerramento do período, corresponde a R\$ 309,99. Os juros sobre o capital próprio não foram pagos ou creditados sobre estas ações.

(v) Remuneração dos acionistas

Em conformidade com as disposições do Estatuto Social da Dimed, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido do exercício, considerando os ajustes previstos na legislação societária. De acordo com a faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Dimed calculou juros sobre o capital próprio com base na taxa de juros de longo prazo - TJLP vigente no exercício, de acordo com a tabela abaixo:

Provento	Evento	Deliberação	Montante (em mil R\$)	Valor em R\$ ação		Data prevista p/pgto
				ON	PN	
Juros sobre capital próprio - 1ª parcela	RCA	17/08/2018	2.567	0,55952	0,61547	31/08/2018
Juros sobre capital próprio - 2ª parcela	RCA	17/08/2018	2.567	0,55952	0,61547	28/09/2018
Juros sobre capital próprio - 3ª parcela	RCA	17/08/2018	2.566	0,55952	0,61547	31/10/2018
Juros sobre capital próprio - 1ª parcela	RCA	14/12/2018	4.100	0,89893	0,98882	29/03/2019
Juros sobre capital próprio - 2ª parcela	RCA	14/12/2018	4.100	0,89893	0,98882	30/04/2019
Juros sobre capital próprio - 3ª parcela	RCA	14/12/2018	4.100	0,89893	0,98882	31/05/2019
Total			20.000	4,37535	4,81287	

A opção pela distribuição de juros sobre o capital próprio reduziu a carga tributária da Companhia em torno de R\$ 6.800 (R\$ 5.948 em 2017), através da dedução do valor dos juros sobre o capital da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social.

O montante líquido dos juros sobre capital próprio pago ao longo do exercício de 2018, atende ao disposto nos artigos 201 e 202 da Lei 6.404/76 e art. 36 do Estatuto Social da Companhia.

O valor dos referidos juros foram imputados aos dividendos, sendo calculados como segue:

	Controladora	
	2018	2017
Lucro líquido do exercício	74.982	59.798
Reserva Legal (5%)	(3.749)	(2.990)
Reserva para incentivos fiscais	(15.055)	(16.726)
Base de cálculo dos dividendos	56.178	40.082
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	14.045	10.020
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos		
Valor bruto	20.000	17.495
Juros sobre o capital próprio em excesso ao mínimo obrigatório	(5.955)	(7.475)
	14.045	10.020

25 Lucro por ação

a. Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

b. Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade considera que não possui efeitos de diluição de ações ordinárias ou preferenciais, pois não há opções de compra ou conversão destas ações.

2018			
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	4.101.290	449.523	4.550.813
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(10.025)	-	(10.025)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	4.091.265	449.523	4.540.788
% de ações em relação ao total	90,10%	9,90%	100,00%
Numerador			
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	66.816.774	8.165.272	74.982.046
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	4.091.265	449.523	
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	16,33	18,16	

2017			
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	4.109.790	449.523	4.559.313
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(4.000)	-	(4.000)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	4.105.790	449.523	4.555.313
% de ações em relação ao total	90,13%	9,87%	100,00%
Numerador			
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	53.370.240	6.427.573	59.797.813
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	4.105.790	449.523	
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	13,00	14,30	

As ações preferenciais recebem dividendos 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

26 Receitas

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Vendas brutas de produtos e serviços	2.552.847	2.368.772	2.577.913	2.395.736
Impostos sobre vendas	(103.874)	(97.953)	(117.377)	(112.315)
Devoluções e descontos incondicionais	(26.823)	(24.591)	(28.504)	(25.081)
Programa Fidelidade	214	(93)	214	(93)
Receita líquida	2.422.364	2.246.135	2.432.246	2.258.246

A Companhia possui um programa de fidelidade chamado Fidelidade Panvel, onde são pontuadas as compras realizadas nas lojas da rede de Farmácias Panvel, pela tele-entrega “Alô Panvel” e/ou pelo site www.panvel.com.br. O critério de pontuação é que cada R\$1,00 (um real) em compras equivale a (dois) pontos, sendo que em 31 de dezembro de 2018 cada ponto corresponde a R\$ 0,003 (R\$ 0,003 em 31 de dezembro de 2017). Os pontos recebidos poderão ser trocados por produtos de perfumaria em todas as compras em qualquer loja própria da rede. O prazo de validade dos pontos é de um ano subsequente ao da compra, sendo zerados no último dia do mês. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da receita diferida no Programa de Fidelidade é de R\$ 3.832 (R\$ 4.046 em 31 de dezembro de 2017) sendo classificado integralmente no curto prazo.

27 Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custo das mercadorias vendidas	(1.848.620)	(1.717.945)	(1.828.405)	(1.704.032)
Custo dos produtos vendidos	-	-	(18.516)	(17.645)
Custo das unidades imobiliárias vendidas	-	-	(554)	(59)
Ressarcimento de custos com aportes	143.752	140.477	143.752	140.477
Receita verbas de campanha	846	1.316	846	1.316
Impostos sobre verbas	(13.375)	(13.117)	(13.375)	(13.117)
	(1.717.397)	(1.589.269)	(1.716.252)	(1.593.060)

São registados como custo das mercadorias vendidas os valores ressarcidos pelos fornecedores de custos com locação de espaços, verbas promocionais e despesas com propaganda e publicidade, sendo que o prazo médio de ressarcimento é de 30 a 60 dias. Esse ressarcimento é reconhecido no momento em que for provável o atingimento das condições contratuais.

28 Despesas e participações por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas com vendas				
Despesas com pessoal e serviços de terceiros	297.860	274.851	299.423	276.259
Despesas com aluguéis	99.973	87.142	97.177	84.329
Despesas com fretes	30.786	30.562	31.290	30.876
Despesas com taxas de cartão	26.955	28.194	26.955	28.194
Despesas com publicidade	15.389	14.220	15.684	14.570
Despesas com utilidades e serviços	22.993	19.934	23.053	19.974
Despesas com depreciação e amortização	22.230	18.868	22.271	18.902
Participação dos empregados nos lucros	6.703	4.918	6.859	5.005
Participação dos administradores nos lucros	3.166	4.367	3.166	4.367
Despesas com manutenção	3.574	4.631	3.597	4.649
Despesas com consumo	6.879	6.702	7.000	6.797
Despesas de viagens e representações	1.693	1.896	1.749	1.916
Despesas com material de embalagens	5.218	5.101	5.218	5.101
Outras despesas com vendas	16.619	18.478	17.188	19.313
	560.038	519.864	560.630	520.252
	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal e serviços de terceiros	33.948	35.901	35.515	37.792
Despesas com aluguéis	215	256	86	128
Despesas com utilidades e serviços	205	275	244	320
Despesas com depreciação e amortização	5.110	4.445	5.265	4.605
Participação dos empregados nos lucros	509	463	593	509
Despesas bancárias	1.073	1.396	1.085	1.409
Remuneração dos dirigentes	5.479	6.579	5.479	6.607
Participação dos administradores nos lucros	308	473	308	473
Despesas com manutenção	3.541	3.170	3.558	3.194
Despesas com consumo	271	288	294	309
Outras despesas administrativas	3.753	2.927	3.920	3.056
	54.412	56.173	56.347	58.402

29 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita extraordinária	3.275	1.158	3.298	1.168
Receita com aluguéis de imóveis	51	127	51	127
Vendas de ativo imobilizado	254	650	254	650
Recuperação de créditos	9.511	3.262	9.511	3.854
Ressarcimento de diferença de caixa	188	162	188	162
Custo vendas imobilizado	(2.671)	(1.428)	(2.681)	(1.437)
Deduções s/ outras receitas operacionais	(325)	(133)	(325)	(133)
Recuperação de custos	9	1	9	61
Receita com subvenção de investimento	1.226	1.200	1.226	1.200
Cessão de Direito	-	-	55	59
Recuperação de Sinistro	-	1.679	-	1.679
	11.518	6.678	11.586	7.390

30 Receitas e despesas financeiras

	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Juros sobre ativos	1.081	1.112	1.096	1.171
Variações monetárias	316	-	362	25
Rendimento aplicações financeiras	360	1.374	450	1.469
Descontos financeiros obtidos	270	166	274	177
Impostos s/ receitas financeiras	(94)	(123)	(105)	(136)
	1.933	2.529	2.077	2.706
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	10.984	13.287	10.989	13.298
Juros sobre mútuos	1.311	1.760	-	-
Juros passivos	455	109	462	119
Encargos financiamento	483	274	483	274
Descontos concedidos	7.562	7.719	7.758	7.962
Bonificações	281	150	357	178
Variação monetária	4	11	4	114
Outras despesas financeiras	1.003	715	1.019	738
	22.083	24.025	21.072	22.683

31 Transações com partes relacionadas

a. Saldos e transações

Os montantes das transações realizadas no ano de 2018 pela Dimed com partes relacionadas estão sumariados a seguir:

	Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.		Laboratório Industrial e Farmacêutico Lifar Ltda.	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores	-	-	9.222	4.764
Partes relacionadas - mútuo	21.300	9.751	220	1.006

	Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.		Laboratório Industrial e Farmacêutico Lifar Ltda.	
	2018	2017	2018	2017
Compra de mercadorias e serviços	-	-	27.427	18.856
Receita com prestação de serviços	3.246	3.255	-	-
Despesas financeiras	1.111	1.589	200	170

As transações comerciais entre as partes relacionadas são efetuadas por valores acordados entre as empresas e com prazos médios de 30 dias. O saldo referente ao contrato de mútuo é atualizado pela variação mensal da SELIC.

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

No quadro abaixo, seguem informações da controladora sobre a remuneração dos administradores:

	Controladora	
	2018	2017
Remuneração fixa	5.479	6.579
Encargos sociais	1.534	1.847
Participação nos resultados	3.475	4.840
Total	10.488	13.266

Estes valores estão apresentados nas rubricas “Despesas com vendas” e “Despesas administrativas”, na demonstração do resultado e detalhados na Nota 28.

32 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguro que são contratadas considerando a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros contra veículos, incêndio, responsabilidade civil, transporte de carga e aeronaves, dentre outras. Segue abaixo o LMI (Limite Máximo de Indenização) das principais apólices contratadas:

Apólices	Valores em R\$ mil
Apólice de Veículos	Tabela FIPE + Danos Materiais + Danos Corp
Apólices de Incêndio	R\$ 323.500
Apólices de Responsabilidade Civil	R\$ 31.200
Apólice de Transporte	R\$ 1.000 por transporte
Apólice Aeronave	R\$ 10.021*
RC Aeronave	R\$ 77.400*

*PApólice emitida em Dólar, valor convertido pelo ptax (dólar) de 28/12/2018.

33 Informações por segmento

As Informações por Segmento estão sendo apresentadas de acordo com os relatórios gerenciais utilizados pelo Conselho de Administração, Órgão responsável pela tomada de decisões estratégicas da companhia, para a gestão do negócio. Os segmentos da companhia estão divididos em Varejo, Atacado e Corporativo, que contempla todos os gastos da estrutura administrativa, bem como o resultado financeiro.

	VAREJO		ATACADO		CORPORATIVO		DIMED S/A	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
OPERAÇÕES CONTINUADAS								
Receita líquida de vendas e serviços	2.174.386	1.993.128	257.860	265.118	-	-	2.432.246	2.258.246
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(1.497.871)	(1.364.275)	(218.381)	(228.785)	-	-	(1.716.252)	(1.593.060)
LUCRO BRUTO	676.515	628.853	39.479	36.333	-	-	715.994	665.186
Despesas com vendas	-	-	-	-	(560.630)	(520.252)	(560.630)	(520.252)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	-	-	-	11.586	7.390	11.586	7.390
Despesas administrativas	-	-	-	-	(56.347)	(58.402)	(56.347)	(58.402)
Perdas em créditos líquidas	-	-	-	-	1.013	-	1.013	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	676.515	628.853	39.479	36.333	(604.378)	(571.264)	111.616	93.922
<u>RESULTADO FINANCEIRO</u>	-	-	-	-	(20.150)	(21.496)	(18.995)	(19.977)
Receitas financeiras	-	-	-	-	1.933	2.529	2.077	2.706
Despesas financeiras	-	-	-	-	(22.083)	(24.025)	(21.072)	(22.683)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	676.515	628.853	39.479	36.333	(624.528)	(592.760)	92.621	73.945
Corrente	-	-	-	-	(16.423)	(14.282)	(16.423)	(14.282)
Diferido	-	-	-	-	(1.216)	135	(1.216)	135
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	676.515	628.853	39.479	36.333	(642.167)	(606.907)	74.982	59.798